

# The takeover of social policy by financialization. The Brazilian paradox.<sup>2</sup>

De Lena Lavinas

New York: Palgrave Macmillan, 2017. 219p.

Entre 1970 e 2010 a taxa de fecundidade no Brasil baixou 67%, passando de 5,8 para 1,9 filhos por mulher. Em 2020 deverá rondar os 1,7. A estrutura da população deverá, portanto, continuar a mudar, com uma participação cada vez mais importante da população idosa devido à diminuição da natalidade e ao aumento da esperança de vida. Em 2040, a população de mais de 65 anos deverá ser superior à que terá entre zero e catorze anos, segundo os cálculos do Ipea (novembro de 2017). A relação ativo/inativo continuará portanto a baixar, o que não deixará de suscitar sérios problemas de financiamento no que diz respeito às aposentadorias por repartição. Com o envelhecimento da população, o custo da saúde deverá aumentar sensivelmente, na medida em que os tratamentos são mais caros para as pessoas idosas do que para as jovens. Enfim, levando em conta a evolução da tecnologia, os números de anos de escolaridade e de frequência das universidades deverão crescer, e o custo total da educação deverá aumentar, apesar da diminuição relativa do número de jovens na população.

São previsões graves que não podem ser ignoradas, e acarretam problemas econômicos que pedem decisões políticas claras. As opções são, em geral, três. A primeira consiste em preservar a noção de serviço público, considerando que o mercado não deve ser chamado a reger tudo, mesmo que convenha avaliar o custo econômico dessa opção e financiá-la através de uma reforma fiscal visando fazer as

1. Professor emérito na Universidade de Paris XIII.

2. Essa resenha foi originalmente publicada em francês na revista *Brésil(s). Sciences humaines e sociales* 13, maio de 2018. URL: <<http://journals.openedition.org/bresils/2427>>

categorias sociais mais prósperas pagarem pela solidariedade social, que permite viver numa sociedade mais inclusiva que a atual. A segunda consiste no fomento do sistema de capitalização em detrimento do sistema de repartição, recorrendo cada vez com mais frequência a hospitais privados e levando ao fortalecimento dos sistemas de seguros privados, obrigatórios ou não, e igualmente ao desenvolvimento do ensino privado. Com essas medidas se eliminam essas despesas sociais do orçamento, mas assiste-se a um aumento do crédito para financiar parcialmente essas despesas e ao endividamento consecutivo, afetando a renda disponível, sobretudo das categorias modestas. A solidariedade ligada ao serviço público diminui fortemente. É a opção liberal. Temos finalmente uma terceira opção, que consiste em impor ao setor público as regras de funcionamento do setor privado, com a consequente diminuição da oferta do serviço público e um aumento das cotizações. É a opção privilegiada pela corrente neoliberal.

Desde a nova Constituição no final dos anos 1980 e, sobretudo desde os governos Lula e Dilma, optou-se por um misto dessas três alternativas. Os direitos dos brasileiros foram ampliados, sobretudo com Lula I e II e Dilma I: aumento do salário mínimo bem além da produtividade do trabalho, aumento das aposentadorias indexadas a esse salário mínimo, extensão do Bolsa Família, acesso à universidade de numerosos jovens, antes excluídos, graças a um sistema de discriminação positiva, financiamento a taxas de juros reduzidas etc. Mas, ao mesmo tempo, os governos Lula e Dilma não se armaram com os instrumentos necessários para tal política, e em consequência foram as outras duas opções que progressivamente foram impondo a sua lógica. A ausência de reforma da fiscalidade, que continua muito regressiva, o crédito a taxas reduzidas financiado em parte pelo Tesouro através de empréstimos tomados a taxas muito mais elevadas, as subvenções às universidades privadas, a possibilidade de subtrair aos impostos uma parte importante das despesas ligadas à saúde e ao ensino privado etc. explicam em parte o déficit do orçamento e o aumento do serviço da dívida que se traduzia, às vésperas da crise, numa carga equivalente à do pagamento das aposentadorias... e no aumento da financeirização. A lógica da finança se impõe sobre a solidariedade nacional; o mercado, sobre o serviço público.

Os efeitos perversos da financeirização se destacam no nível macroeconômico, como revelou a lei sobre a limitação das despesas públicas votada recentemente: ela não prevê o controle do aumento das taxas de juro – que estão entre as mais elevadas

do mundo – e, em consequência, do serviço da dívida pública. Nessas condições, a redução do déficit público implica necessariamente uma redução das despesas sociais, nomeadamente as relativas às aposentadorias, embora estas não sejam a causa do déficit (se não levarmos em conta as aposentadorias dos militares, por exemplo), mesmo com o aumento das despesas, e, sobretudo com a redução das receitas destinadas às aposentadorias imposta desde os anos 2000.

Assim se entende que, se Lula foi a mãe dos pobres, foi também o pai dos mais ricos, a solidariedade e a financeirização constituindo as duas tetas do progressismo. Trata-se, porém, de uma lógica que contém sua própria superação, e é profundamente instável, como se verificou desde o fim de Dilma I e o começo de Dilma II, tendo como apoteose a política social regressiva de Temer. Há outras lógicas possíveis, que conduzem a reformas necessárias, porém negociadas, dos sistemas de aposentadoria e do seu financiamento, da saúde e da educação, mas que não levam a um benefício exclusivo da finança, finança que no caso brasileiro se traduziu na financeirização, na escalada do rentismo e na desindustrialização maciça.

O livro de Lena Lavinas disseca a política social no Brasil, detalha com talento o desenvolvimento da financeirização que ela implica, analisa com pertinência a incoerência que consistiu em querer conjugar a água e o fogo, em vez de procurar outras formas de afrontar a profunda desigualdade existente. Na hora do balanço dos regimes progressistas, é certamente um livro que não se deve deixar de ler.